

MARCELO
TRINDADE **O**
CAMINHO
DO MEMÓRIAS
CENTRO DE UMA
AVENTURA
ELEITORAL

R
HISTÓRIA REAL

© 2020 Marcelo Trindade

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

REVISÃO

Roberto Jannarelli

DESIGN DE CAPA

Angelo Bottino

GERAÇÃO DE E-BOOK

Joana De Conti

REVISÃO DE E-BOOK

Cristiane Pacanowski | Pipa Conteúdos Editoriais

E-ISBN

978-65-87518-03-9

Edição digital: 2020

1ª edição

Todos os direitos desta edição reservados a
História Real, um selo da Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.historiareal.intrinseca.com.br

SUMÁRIO

[Avançar para o início do texto]

CAPA

FOLHA DE ROSTO

CRÉDITOS

MÍDIAS SOCIAIS

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

PREFÁCIO DE ARMINIO FRAGA

1. Finalmente, a vez de um governador novato
2. Rumo à política
3. Vai que é sua, Bernardinho!
4. Quem não tem cão caça com gato
5. O destino é uma possibilidade
6. Você conhece o Partido Novo?
7. Um estado repleto de talentos
8. Para começar, uma crise
9. Corpo a corpo raiz
10. A pesquisa qualitativa
11. Discutindo o discurso
12. A doce ilusão dos jornais
13. Na era do rádio
14. A capa da invisibilidade: emissoras de tv e horário eleitoral

15. No meio da estudantada
16. Debatendo com a esquerda
17. O debate sobre a segurança pública
18. A outra ponta da gangorra: o debate sobre a educação
19. A Cedae e o debate sobre a falência do Rio de Janeiro
20. O candidato rico e o financiamento de campanhas
21. A melhor defesa é a defesa: os ataques da “mídia B”
22. A facada, a reta final e a certeza da derrota
23. Perder ganhando

NOTAS

SOBRE O AUTOR

LEIA TAMBÉM

*Para Cris, Eduardo, Paula e Otávio,
que seguraram minhas mãos e mergulharam junto.*

AGRADECIMENTOS

Mais difícil que ser novato na política, só mesmo escrever um livro sobre isso. É verdade que desde o fim das eleições queria contar a história da campanha, mais para não esquecer o quanto eu tinha gostado. Tentei um artigo longo, não deu certo. Pensei em juntar algumas das milhares de fotos com pequenas legendas, mas não comecei. A advocacia, ciumenta dos meses em que foi abandonada, me puxou de volta com toda a força. Até que conheci pessoalmente o Roberto Feith. Perdemos a hora falando da eleição, contemplando a Lagoa Rodrigo de Freitas numa tarde ensolarada, na casa do Ricardo Rangel, amigo comum que fora candidato a deputado federal. Pouco tempo depois, Roberto me contou do projeto do selo História Real e me propôs colocar no papel as memórias da aventura eleitoral. Devo a ele este livro, pelo convite, pela confiança e pelas muitas horas de discussão e revisão do texto.

Outros agradecimentos são devidos. Primeiro à Cris, minha mulher, que se trancou comigo e releu cada capítulo. E também aos demais leitores do manuscrito, por todas as suas contribuições: Ana Lycia Gayoso, que ainda ajudou com a memória dos fatos, muitos dos quais testemunhou; Bruno Lara Resende, compadre, sócio e amigo de uma vida; e Thiago Saddi Tannous, meu jovem sócio em quem fui buscar olhos mais críticos e isentos. Além do prefácio, Arminio Fraga fez observações fundamentais, outra vez. Depois vieram as sugestões de Kathia Ferreira e do revisor Roberto Jannarelli. Os erros que tenham sobrado seguem na minha conta, mas o que houver de bom tem muito do olhar atento e generoso dos que desbravaram o manuscrito.

PREFÁCIO

Arminio Fraga

De cara devo deixar claro que não sou um observador neutro: sou amigo e admirador de Marcelo Trindade. Com ele compartilho sonhos, valores e uma grande vontade de contribuir de alguma forma para que esses sonhos se tornem realidade.

No caso, o sonho era nada mais nada menos do que dar um jeito no Estado do Rio de Janeiro, notório por uma vocação quase que suicida nas urnas, falido, perdido, corrompido e entremeado de crime por toda parte.

Não é todo dia que alguém como Marcelo Trindade se lança a governador de um estado. E que estado. O problema é que os eleitores não sabiam disso. Marcelo mergulhou de cabeça assim mesmo. Este livro relata essa trajetória de desafios, surpresas, decisões difíceis, um compacto da vida política nacional. Pobre Rio que não o elegeu.

O pano de fundo mostra um candidato buscando uma resposta não fisiológica, competente (mas conectada com as pessoas), diferente daquela oriunda de um sistema onde “as estruturas político-partidárias passaram a dedicar-se a si mesmas e à sua perenização no poder” (aspas sempre para trechos do livro).

A decisão de se candidatar veio aos poucos. Um partido novo, liberal na economia, voltado para a eficiência na gestão pública, de origem carioca, buscava um candidato. Bernardinho surgiu como um nome carismático, de excepcional reputação, mas indeciso quanto a encarar a vida pública. Marcelo decide ajudar, sucumbe a seu “vício de advogado de escritório pequeno” e parte para “adquirir confiança e vantagem competitiva através do conhecimento do detalhe”. Aceitou ir para a Casa Civil.

Confirmou um quadro desolador: “A violência nos afasta da praia, do transporte público, dos estádios de futebol, das caminhadas noturnas. A falta de infraestrutura, o domínio da informalidade e o descumprimento das normas afastam a atividade empresarial. As milícias e os traficantes sequestram a liberdade dos cidadãos. Sem falar da dificuldade das nossas escolas públicas em atrair e manter os estudantes mais pobres, crianças e jovens cada dia mais afastados da possibilidade de um futuro digno.” O profissional de mão cheia, bem-sucedido na advocacia e na presidência da CVM, estava fígado pela linha de frente da política.

Desde cedo deixou claro que, ao lado do eixo central do Partido Novo, ele traria suas posições liberais nos temas de costumes. Eu me lembro bem desse ponto à época. Marcelo me relatou que cada membro do partido era livre para se posicionar como quisesse, desde que se mantivesse coerente com suas posições. Ele defendeu e obteve luz verde para um “Estado nem mínimo nem máximo, e sim o necessário para combater a desigualdade e induzir avanços sociais, lutar pela igualdade de oportunidades, com condições mínimas de acesso a educação, saúde, transporte e saneamento a toda a população”.

Com base nessas premissas, selou-se a candidatura. Marcelo encarou o desafio com sua costumeira objetividade e bom senso. Um líder nato, montou equipe e foi à luta. Nas ruas, encontrou um mundo novo e o abraçou. Bom ouvinte que é, logo detectou olho no olho (e nas pesquisas qualitativas) uma sede de renovação política, temperada de forma amarga pela “violência, desigualdade, desemprego e descaso com a saúde e a educação”.

Um ponto ficou claro desde os primeiros momentos da campanha: a dificuldade de se vender à população o receituário liberal, muito pouco intuitivo. Nas palavras dele, “precisávamos convencer as pessoas de que as privatizações trariam mais serviços públicos de qualidade, não menos; melhores hospitais e policiais, não piores; escolas mais modernas e ainda assim gratuitas, e não o contrário. Convencê-las de que parar de proporcionar vantagens e privilégios que as pessoas não recebem na atividade privada ia melhorar o estado, não fazê-lo desaparecer. E que ser liberal é ser radical num cenário de absoluta falência do estado.”

Acabou defendendo sozinho a privatização da Cedae, aquela da geosmina e da falta de esgoto para metade da população do estado. Sozinho até hoje, pelo visto.

Essa transparência e a clareza foram objetos constantes de debate com a equipe de especialistas que o cercava. No calor da campanha, a pressão era sempre na direção de linha dura nas questões de segurança, e de pouca transparência na gestão e nas necessidades (urgências mesmo) ligadas ao orçamento (Marcelo foi acusado de sincericídio). Nada de mentir ou falar o que cada um queria ouvir. Não era fácil. O que fazer com a informação de que no Rio havia 62 soldados por coronel, enquanto em São Paulo a relação era de 1.311?!

O livro aborda questões de grande importância que foram surgindo ao longo da campanha. Menciono aqui algumas, deixando para a leitura a graça dos detalhes: a falta de autocrítica do empresariado; a “falta de realismo das propostas dos candidatos de esquerda” e a importância de, ao longo do tempo, gastar mais com a educação do que com a segurança. As mais complexas: como lidar com a mídia B (as redes), a imprensa e seus canais, os debates e os inúmeros problemas do financiamento de campanha. Vale a pena ler como Marcelo percorreu essa estrada escorregadia sem derrapar.

A leitura do livro flui muito bem, interessante, cheia de relatos humanos, das ruas, dos debates, descritos de forma cativante e leve. Temas delicados são tratados sem firula, emoções reveladas, lições aprendidas, problemas, acertos e erros, sempre abordados a partir de um compromisso com a verdade. Vale muito a pena saborear de ponta a ponta. Ao final, cara leitora, caro leitor, restará uma estranha sensação boa, de esperança, nesse momento tão difícil que vivemos.

I. FINALMENTE, A VEZ DE UM GOVERNADOR

NOVATO

“Olá, bom dia, meu nome é Marcelo Trindade, sou candidato a governador e nunca fui político.” Aprendi em poucos dias que essa deveria ser a minha primeira frase, no esforço de convencer um transeunte apressado a vencer seu preconceito e receber o panfleto com a minha foto, que eu tentava entregar.

Naquele inverno e no começo da primavera de 2018, abordei milhares de pessoas nas ruas do estado do Rio de Janeiro e, a cada vez, a conversa podia acabar por aí ou seguir adiante. Às vezes, aprofundava-se a ponto de eu ter que dar detalhes de minha vida. Você é casado? Sim, há 25 anos. Tem filhos? Três, mas já cresceram, o menor tem 18 anos. O mais velho até já se mudou para a Espanha. Espanha? Minha mãe era espanhola, ele fez mestrado por lá e ficou. Engenheiro mecânico, no Brasil, e com essa crise... Eu vi que você é rico, pelo menos não precisa roubar.

Quando alguém dizia isso eu sempre achava graça que tivesse me tornado um símbolo de riqueza, o mais rico candidato a governador do Rio de Janeiro. Lembrava-me da falta de dinheiro na adolescência e no início da vida adulta. Da sensação que tivera ao receber meu primeiro salário, em dezembro de 1982. Tinha 18 anos e acabara de abandonar a Faculdade de Comunicação. Queria ser jornalista, gostava de literatura e cometia uns poemas, mas frustrei-me com o curso e resolvi me transferir para o direito. O primeiro emprego foi como estagiário do departamento de compras de uma empresa de engenharia – arranjado por um diretor que era meu primo, mais velho.

A marmitta de metal, redonda, cuidadosamente preparada por minha mãe com três camadas de comida – primeiro feijão, depois arroz e, por

cima, uma carne e um legume –, congelada desde a véspera, saía da geladeira bem cedo para o fundo da mochila envolta num plástico. Quando chegava a hora do almoço, já estava na temperatura ambiente e precisava ficar pouco no forno do refeitório.

Nunca fui especialmente otimista e era um aluno mediano. Por isso o primeiro salário foi aquele momento mágico, quando, afinal, acreditei que alguém me pagaria para fazer alguma coisa. Curiosamente, a carteira de trabalho, que eu exibia orgulhoso naquele ano, serviu-me de muito pouco. Por toda a vida seria um profissional liberal e a carteira só receberia mais uma anotação, quando fui aprovado no concurso e contratado como professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio, em 1993.

Aquele foi também o ano em que tirei minha carteira de motorista – à época um símbolo de liberdade que, no nosso imaginário, aumentava exponencialmente as chances de sucesso com as mulheres da nossa idade, teimosamente encantadas pelos rapazes mais velhos. O detalhe de que eu não tinha um carro, e dependeria do empréstimo do cansado Fuscão azul 1972 de minha mãe, parecia menor.

Para o Brasil e o Rio de Janeiro, 1982 tinha tudo para ser um ano marcante. Verdade que fomos eliminados da Copa do Mundo da Espanha pela Itália, embora tivéssemos o melhor time – a primeira seleção dos sonhos desde o tricampeonato de 1970 –, mas ocorreriam as primeiras eleições diretas para governador desde 1965. Seria uma eleição importante. Simbolizava o passo mais decisivo no arrastado caminho – oficialmente lento e gradual – traçado pelo governo do general João Figueiredo rumo à redemocratização. Dela também participavam, como consequência da Lei da Anistia, aprovada em 1979, políticos cassados e exilados pela ditadura militar.

Nos 36 anos que se passaram entre a primeira eleição que presenciei e aquela em que era candidato, fiz como quase todas as pessoas de minha geração. Cuidei da vida e dei pouca importância para a política. Ganhei uma bolsa da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mais conhecida como Capes, e meu monitor – e mais tarde sócio – me levou para estagiar no escritório do professor

Sergio Bermudes, que ainda não se tornara mas viria a ser um dos mais importantes do Brasil. Abri meu próprio escritório logo depois de me formar, adquiri reputação, migrei das brigas judiciais para o direito das empresas. Fui servidor público por pouco mais de cinco anos. E, depois de pegar muita chuva, passar por bons apertos e pagar muitos juros do cheque especial, me tornava agora, quem diria, um político – e ainda por cima o candidato rico.

Já com o Rio de Janeiro, onde continuei vivendo desde aquele longínquo 1982, havia se passado o oposto. Os indicadores de pobreza, desigualdade, violência, educação e atividade econômica se deterioraram, comparados com os dos estados mais ricos do país. O estado falira e perdera sua força.

Não era uma falência qualquer. Tampouco era só o fato de, em junho de 2018, o Rio de Janeiro estar – como ainda hoje – em Regime de Recuperação Fiscal, sem conseguir pagar suas dívidas. A poucos meses da eleição, os quatro últimos governadores (Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão) estavam presos ou já tinham sido presos, acusados de corrupção e outros crimes ligados às suas atividades como políticos profissionais.

Desde a vitória do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, na eleição de 1982, até a de Luiz Fernando Pezão, em 2014, todos os governadores eleitos haviam exercido outros mandatos antes, como deputado, senador, prefeito ou mesmo governador. Isso deveria ter sido um bom sinal. Na política, como em qualquer outra atividade, a experiência costuma contar a favor. Mas não tem sido assim no caso do estado do Rio de Janeiro.

Foi aí que entrei na história (quero dizer, estória, mas essa distinção saiu de moda). Na visão de muitas pessoas, o cenário catastrófico abria uma necessidade de renovação na política do Rio, e movimentos por essa renovação haviam começado a surgir em anos anteriores. O que parecia uma crise insuperável poderia, na verdade, transformar-se em uma oportunidade de mudança ao mesmo tempo profunda e democrática.¹

Apesar dessa esperança, a verdade é que, em junho de 2018, apenas

quatro meses antes das eleições, os candidatos ao governo do estado mais bem colocados nas pesquisas eram políticos profissionais. O ex-governador Anthony Garotinho, cuja candidatura acabou sendo vetada pelo Tribunal Regional Eleitoral a poucas semanas da eleição. Eduardo Paes, ex-deputado federal que fora prefeito da capital do estado por dois mandatos. E Romário Faria, campeão mundial de futebol em 1994 que se tornara político em 2011, quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro e cumpria, então, seu primeiro mandato como senador.

Mesmo assim, pairava no ar uma chance de novidade naquela eleição. Quatro candidatos novatos tinham anunciado a intenção de concorrer. Um deles era o antropólogo Rubem César Fernandes, com uma longa lista de serviços prestados ao estado através da ONG Viva Rio. Mas ele desistiu pouco depois para apoiar Eduardo Paes. Outro, a professora gaúcha de filosofia Marcia Tiburi, que concorria pelo PT. Sua candidatura terminaria servindo quase exclusivamente de canal para a defesa da liberdade do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, acusado da prática de ilícitos e cuja prisão ocorrera pouco antes, em abril.

Os outros dois novatos se encaixavam num perfil ainda mais improvável, em se tratando da chance de serem eleitos. Eram profissionais da área do direito, na casa dos 50 anos, sem experiência na política, desconhecidos do público em geral, com pouquíssimo tempo no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão e representando pequenos partidos, que viriam a eleger apenas dois deputados estaduais cada um.

Um daqueles novatos era eu. Aos 53 anos, sem nunca ter disputado uma eleição, concorria pelo Partido Novo, criado em 2011, exatamente como uma tentativa de renovação na política. O partido, cujo registro fora deferido apenas em 2015, participava de sua primeira eleição geral, após eleger quatro vereadores em várias capitais, inclusive um no Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2016.

O outro era Wilson Witzel, nascido em Jundiaí, no estado de São Paulo, fuzileiro naval no começo da vida, depois defensor público e, finalmente, juiz federal até março de 2018, quando deixou a estabilidade

vitalícia da magistratura para aventurar-se na política. Ele concorria pelo PSC, um pequeno partido comandado pelo Pastor Everaldo, que fora candidato à Presidência em 2014 e recebera menos de 1% dos votos.

O tempo passou e, em julho, agosto e boa parte de setembro de 2018, tudo indicava que, apesar do histórico de mau desempenho dos políticos profissionais, o estado do Rio de Janeiro continuaria sendo governado por um deles. Tanto na pesquisa Ibope divulgada no dia 25 de setembro, 12 dias antes da eleição, quanto na do Datafolha, tornada pública em 28 de setembro, Eduardo Paes aparecia firme na liderança, com 24% e 25% das intenções de voto, seguido por Romário e Garotinho.

A vantagem do líder parecia irreversível. Paes tinha muitas realizações a exibir como prefeito, enquanto seu sucessor, Marcelo Crivella, fazia uma administração mal avaliada. Além disso, seu telhado de vidro reputacional era mais discreto que o dos demais antigos mandatários do estado. Nada disso evitou sua identificação com a chamada velha política na cabeça dos eleitores. Quando as urnas foram abertas, revelaram uma derrota contundente de Paes, especialmente no primeiro turno, pelo qual ele passou aos trancos e barrancos como segundo colocado e vencido com folga pelo desconhecido que viria a se eleger governador.

De fato, em 28 de outubro de 2018, o novato Wilson Witzel foi eleito com praticamente 60% dos votos válidos no segundo turno. O primeiro governador do Rio de Janeiro, após nove eleições diretas desde 1982, que não exercera nenhum mandato político anterior.

Não é trivial explicar como foi possível a vitória de um estreante no segundo estado mais rico da Federação, e eu certamente não tenho qualificação para emitir um veredito técnico. Mas tenho uma opinião formada pelo que observei nas ruas. A meu ver, uma conjugação singular de fatores locais, nacionais e pessoais levou Wilson Witzel à vitória.

O fator local foi exatamente o mau desempenho, profissional e ético, dos governadores anteriores. Paes, Garotinho e até mesmo Romário conviveram com altos índices de rejeição nas pesquisas de opinião durante a campanha.² Os eleitores queriam uma renovação, e a menção

*image
not
available*

e o distanciava da carioquice de Cabral e de Paes – e da minha, por que não dizer?

A simplicidade e a convicção em suas mensagens foram fundamentais para Witzel se beneficiar do cenário eleitoral, quando, após o atentado contra o candidato à Presidência, a onda bolsonarista transformou-se em tsunami.

Em má posição nas pesquisas até 10 de setembro, quase sempre atrás de mim, Witzel foi capaz de aliar-se com credibilidade à candidatura de Bolsonaro – ao contrário do que ocorreu com Índio da Costa, por exemplo, após sua adesão ao candidato do PSL. Não foi, portanto, só o fato de ter apoiado Bolsonaro e recebido o apoio de seu clã que impulsionou Witzel. Foi tê-lo feito de maneira consistente e crível aos olhos do eleitor.

Não custa lembrar que, diante da iminência da derrota no segundo turno, Eduardo Paes também buscou os votos de Bolsonaro.⁵ Não adiantou. No primeiro e no segundo turnos os eleitores identificaram Witzel com Bolsonaro. E acertaram.

O fato de o novato Witzel ter sido eleito com uma votação tão expressiva comprovou a percepção que eu tinha nas ruas, durante a campanha, de que os eleitores sabiam perfeitamente em que discurso queriam votar. A maioria da população desejava uma mudança radical e firme, não só na política como também no combate à criminalidade. Acreditou no discurso de novidade e força de Bolsonaro e procurou, entre os candidatos locais, aquele que encampasse o mesmo tom. Witzel fez esse discurso desde o primeiro dia. Foi coerente, transmitiu sinceridade e, quando recebeu o apoio de Bolsonaro, isso fez sentido para o eleitor.

Nas eleições de 1982 eu não pude votar. Meu título de eleitor não ficara pronto a tempo. Naquela época, só se votava a partir dos 18 anos, que eu completara pouco antes das eleições. Mas isso não me impediu de aproveitar o momento. Recém-chegado à universidade, fiquei maravilhado com a efervescência dos debates organizados pelo Diretório Central dos Estudantes e realizados nos pilotis da PUC, aos quais compareciam todos os candidatos, da direita (ainda que ninguém

*image
not
available*

Valores Mobiliários, autarquia federal encarregada de regular e supervisionar o mercado de capitais brasileiro. Poucos anos antes, cansado da morosidade do Judiciário – dificuldade que, mais tarde, levaria a maioria das empresas a optar por processos arbitrais, em vez do Judiciário, para litígios de maior valor –, eu começara, de maneira mais intuitiva do que planejada, a transição de minha carreira como advogado de contencioso para o direito societário e o mercado de capitais. Nisso fui influenciado por outro grande amigo e sócio, Mario Augusto Rocha, um advogado que gostava de números e me convenceu de que eu sabia usar a aritmética e era capaz de entender de negócios.

Naquela época, Arminio era presidente do Banco Central. Convivemos pouco, mas foi o suficiente para plantar a semente de nossa amizade. Em 2004, quando retornei à CVM, agora como presidente, Arminio influenciou a escolha – o que eu só descobriria muito mais tarde e, claro, por terceiros. No final de 2007 voltei à vida privada e, a partir daí, trabalhamos juntos muitas vezes e nos tornamos amigos. E em diversas ocasiões testemunhei o seu espírito público e a sua disposição de ajudar quem estivesse exercendo função pública, pouco importando a ideologia de quem precisasse de suas luzes.

Foi em um jantar na casa de Arminio Fraga que conheci João Amoêdo, presidente do Partido Novo, e Bernardinho, em março de 2017. Arminio, mesmo não integrando o Novo, que João fundara poucos anos antes e ao qual Bernardinho se filiara após deixar o PSBD, achou que eu deveria conhecê-los, dadas as nossas conversas sobre a necessidade de novidades na política. E assim, mais uma vez, ele acabou tendo papel fundamental no que viria a acontecer na minha vida.

Confesso que cheguei desconfiado àquele jantar. Provocado principalmente por meus filhos, manifestei a preocupação de que a agenda do Novo nos costumes não seria tão liberal quanto na economia. Ouvi que o partido não se posicionava sobre costumes, reservando o tema aos seus filiados. Insisti e recebi a resposta de que a população tinha muitas urgências no Brasil, para nos dividirmos por questões de costumes. Aquela posição inicialmente me incomodou e cogitei da possibilidade de que fosse uma forma de fugir das discussões para

opção para os cidadãos, passaram a ser definidas para atender aos interesses dos agentes privados que mais contribuíram para a estrutura partidária.

Poucas áreas do Estado brasileiro escaparam dessa captura por interesses privados. Estava cada dia mais difícil encontrar políticos que quisessem realmente se dedicar à discussão das questões necessárias para a superação dos problemas nacionais – educação, segurança pública, privilégios e insolvência previdenciária, infraestrutura e saneamento, ineficiência da gestão pública –, desaguando em uma sociedade improdutiva e desigual.

A solução para sairmos dessa armadilha não é encontrar novos líderes carismáticos, mas novos líderes capazes de compreender os elementos, a extensão e a gravidade dos problemas, a complexidade dos interesses envolvidos e o impacto das soluções propostas. Isso não tem nada a ver com a negação da política. Tem a ver com a qualificação dos políticos de todas as ideologias.

Por isso eu discutia com Arminio Fraga se não seria hora de nós mesmos, profissionais liberais, fazermos política para tentar realizar as mudanças que considerávamos urgentes. Mas, naquele momento, não me incluía no rol dos potenciais voluntários, até porque, fora dos meios do direito e do mercado de capitais, eu era um absoluto desconhecido.

O *impeachment* de Dilma terminou confirmando meu sentimento de que bons técnicos não bastam. O governo Temer estava coalhado deles, brasileiros que, com espírito público, aceitaram servir a um presidente cujas dificuldades todos conheciam. Mas também estava cheio de maus políticos, capazes de afetar a estabilidade do governo, como se viu com os episódios envolvendo o ministro Geddel Vieira Lima e, mais tarde, o próprio presidente.

Para completar, em outubro de 2016 minha cidade levara ao segundo turno da eleição Marcelo Freixo e Marcelo Crivella. Entre um discurso socialista, ao mesmo tempo superficial, ultrapassado e irrealista de Freixo, e as promessas populistas e igualmente irrealistas de Crivella, anulei meu voto no momento em que estava mais engajado politicamente. A sequência de eventos daquele período deixou claro

3. VAI QUE É SUA, BERNARDINHO!

Bernardinho não era uma estrela que representara um papel por toda a sua vida e decidira tirar vantagem da popularidade do personagem. Bem formado, trabalhador, carismático, liderança natural forjada por anos de competição em alto nível e uma história de emoções, derrotas e vitórias, ele queria usar todo o seu conhecimento para melhorar a vida das pessoas. Humano e falível, mas ético e coerente, tinha tudo para ser visto como um representante do que chamávamos de nova política, naquele mundo infestado de práticas viciadas.

A partir do dia em que me comprometi a acompanhá-lo se ele viesse a ser eleito, dediquei os meus finais de semana a estudar em detalhes a situação do estado. Bernardinho só seria candidato caso tivesse convicção de que, uma vez adotadas as medidas necessárias e que estivessem ao alcance do governador, o estado seria viável economicamente. Minha primeira missão era ajudá-lo a fazer esse diagnóstico de maneira profunda, sem viés, tanto dos problemas como das possíveis soluções. Nossos interesses estavam alinhados. Eu também não queria entrar em uma aventura suicida.

Daquele estudo inicial resultou uma apresentação. Quando Gustavo Franco, o principal do quadro econômico do Partido Novo, a viu, perguntou espantado: você fez isso sozinho? Tinha feito, gráficos inclusive. Antigo vício de advogado de escritório pequeno: adquirir confiança e vantagem competitiva através do conhecimento do detalhe. O estudo me deu consciência da enorme crise do estado, mas também a esperança de que era possível enfrentá-la.

A receptividade à eventual candidatura de Bernardinho foi imensa, ao menos nos círculos que eu frequentava. Lembro-me de um encontro na casa do Marcelo Madureira, membro do Cassetta e Planeta e ativo debatedor de questões políticas nas redes sociais e nas passeatas que

A incerteza de Bernardinho quanto à sua candidatura não era segredo. Para quem, como eu, conversava com ele frequentemente, ele nunca deixou de ressaltar que ainda não havia tomado a decisão. Também publicamente Bernardinho deixava clara a sua dúvida. Suas respostas em entrevistas variavam da confirmação da possibilidade de candidatar-se² à admissão da dúvida sobre sua capacidade de fazer o que era preciso, dizendo enxergar gente mais capaz.³ Nessas entrevistas ele mencionava também que estava considerando a possibilidade de ser candidato a vice-presidente da República.

Essa última possibilidade de fato existiu, e foi em seu carro, a caminho de um encontro do partido, que Bernardinho me consultou. Reagi intensamente. Seria o maior erro do mundo. Ninguém vota no vice, embora no Brasil devêssemos fazê-lo, como está provado pelos sucessivos *impeachments* de presidentes – dois em sete mandatos, quase 30%.

Fui o mais enfático que pude: estaríamos perdendo a chance real de elegê-lo governador e não iríamos melhorar em nada as chances de eleger o João Amoêdo presidente. Fora que nossos candidatos a deputado aqui no Rio ficariam sem candidato a governador, tornando mais difícil a já difícilíssima missão de se elegerem por um partido sem tradição e que não usa dinheiro público.

Foi nesse momento que Bernardinho mencionou, pela primeira vez, a possibilidade de, no caso de ele se tornar candidato a vice do João, eu assumir a candidatura ao governo do Rio. Fui ainda mais enfático: trocar você por mim é jogar fora a chance de chegarmos lá para fazermos o que precisa ser feito para mudar o Rio.

Essa conversa com Bernardinho me veio imediatamente à lembrança quando li, tempos depois, uma nota no site de notícias *O Antagonista* a propósito do anúncio de minha candidatura: “Como Bernardinho desistiu de candidatar-se ao governo do Rio de Janeiro, o Partido Novo escolheu para seu lugar Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM. É como colocar o rapaz que passa rodo na quadra para jogar no lugar do campeão.” Eu achei graça e no fundo concordei, ainda que me comparar ao menino do rodo me parecesse um pouco cruel.

4. QUEM NÃO TEM CÃO CAÇA COM GATO

Nos primeiros dias de maio de 2018 viajei rapidamente a Lisboa para visitar minha filha, que estava no programa de intercâmbio de sua universidade. Lá, recebi de Bernardinho uma ligação confirmando que não concorreria, o que, àquela altura, já estava mais ou menos claro. O Partido Novo comunicou em suas redes sociais a desistência, informando que Bernardinho seria o “embaixador” do partido, “participando de eventos, dando palestras, inspirando os pré-candidatos a trabalhar no seu mais importante desafio: engajar os brasileiros a acreditar que a mudança é possível em 2018”.

De fato, nos cinco meses seguintes Bernardinho foi incansável, apoiando os candidatos do Novo em todo o país. Muitas vezes, quando vemos um ídolo de perto, nos decepcionamos. Com Bernardinho me aconteceu o contrário. Construimos uma amizade sólida e constatei ao vivo e a cores sua retidão, honestidade intelectual e empenho em melhorar o país.

Isso tudo, entretanto, nunca foi capaz de apagar minha tristeza pela oportunidade que perdemos de transformar o Rio de Janeiro. A eleição de Witzel confirmou que havia espaço para um novato. Bolsonaro muito provavelmente teria apoiado Bernardinho no Rio, em busca de sua popularidade. Teríamos tido grandes chances de vencer a eleição. Como eu tinha topado sair da torcida para jogar ao seu lado, sentia-me autorizado àquela dor de cotovelo. Por ter percebido a chance que estávamos deixando para trás e pela frustração de ver jogado fora o esforço de preparação dos meses anteriores, a notícia, ainda que esperada, me abateu muitíssimo. Os poucos dias que restavam de viagem foram chuvosos e os passei triste como os galgos com que cruzava passeando de agasalho, conduzidos por seus donos pelas frias e ventosas ruas de Lisboa. O baixo-astrol não melhorou na volta ao Rio e

com posições liberais nos temas de costumes, com as pautas que eu pretendia defender para o estado e com a dimensão financeira que me parecia viável para a campanha àquela altura.

Tudo o que eu não precisava era embarcar em uma batalha eleitoral pela primeira vez na vida, contra adversários capazes de todo tipo de ataque, correndo riscos de atrito na retaguarda. Fui ingênuo e não perderia por esperar. Durante uma eleição, um partido é um organismo muito sensível à pressão dos filiados, da mídia e das redes sociais, e não há pacto inicial que não possa ser revisto diante das circunstâncias.

Escrevi na mensagem que encaminhei com as apresentações que sua finalidade era confirmar se nelas não havia nada que conflitasse com as visões institucionais do partido. Ressaltei que entenderia, caso o conteúdo fosse um empecilho à candidatura, e que isso não me impediria de seguir colaborando com o Novo. Na verdade, me considerava então, como ainda me considero, completamente desimportante diante da ideia de formar um partido verdadeiramente liberal no Brasil. E isso me levava a querer evitar que minha eventual candidatura causasse qualquer problema para o Novo.

Revendo agora as apresentações, fico satisfeito ao constatar sua coerência com o que pensei e disse durante e depois da campanha. E acho que as ideias que expus coincidem, na maior parte, com aquilo que um partido verdadeiramente liberal deve defender em um país com os desafios do Brasil.

O risco de discordância entre as minhas visões e as do Novo na economia era menor, mas não desprezível. Desde o princípio de meu relacionamento com o Novo eu temia que o discurso do partido fosse por demais simplificado, no sentido de acreditar que as forças do mercado sozinhas seriam suficientes para que a economia funcionasse de maneira equilibrada. Mas os costumes eram o tema que mais me preocupava em termos de uma possível divergência. Por isso comecei a apresentação falando da liberdade das pessoas de ditar as próprias escolhas, inclusive de exercitar com plenitude, e o respeito da sociedade, a sua orientação sexual.

Claro que, como liberal, eu reconhecia que quanto menos as pessoas

pelas redes sociais para aquelas eleições. Como todos os candidatos, salvo os do Partido Novo, financiariam suas campanhas com os fartos recursos públicos do fundo eleitoral, eles poderiam aplicar somas expressivas, aumentando ainda mais o preço para quem não quisesse ficar fora da arena crucial que era a internet. As operadoras das redes, símbolos de sucesso da iniciativa privada, não se furtariam a abocanhar uma grande fatia daquele jorro de dinheiro público.

Muita gente que não concorreria estava impulsionando suas redes, apoiando determinados candidatos ou divulgando *fake news* sobre seus rivais, o que é proibido. A lei exige a identificação dessas mensagens como propaganda eleitoral, mas tal prática ocorre com intensidade, especialmente antes do período oficial de campanha, a partir do qual os controles e a fiscalização aumentam.

Enquanto tudo isso acontecia havia meses nas redes sociais, minhas contas no Facebook, Instagram e Twitter foram criadas por meus filhos somente no próprio domingo 10 de junho, quando minha futura candidatura foi divulgada. Na primeira postagem, algumas fotos e um vídeo da carinhosa acolhida que recebi de militantes do Novo naquele dia, na já tradicional barraquinha do partido no Posto 12, na praia do Leblon.

Lá estavam alguns dirigentes e alguns futuros candidatos a deputados estadual e federal que viriam a ter uma boa votação quatro meses depois – como Adriana Balthazar, afinal nossa primeira suplente na Assembleia Legislativa, e Dr. Carlos, o segundo. Eu era duplamente *outsider*: um novato na política e só recentemente filiado ao partido, o que não impediu que a recepção fosse calorosa.

As fotos e o vídeo da primeira postagem no Instagram receberam exatas 365 curtidas. A seguinte, quase 500. A adesão às redes sociais cresceu rapidamente, mesmo sem usarmos recursos de impulsionamento. Descobri que a medida da intensidade dessa interação, que passou a caracterizar minhas redes sociais, chamava-se engajamento.

O primeiro vídeo em que eu me apresentava como candidato foi gravado no meu escritório por uma profissional que trabalhava para o

imaginou vir a ser esse canal, passava a representar.

É muito difícil transmitir a sensação daquela primeira caminhada. Eu respondia emocionado aos abraços e manifestações de solidariedade. Pedia calma e brincava dizendo que o perigo de ganhar a eleição era pequeno – embora, por dentro, estivesse contagiado pelo momento e esperançoso da possibilidade de uma surpresa. Afinal, se um novato não vencesse agora, não venceria nunca.

Até Paulo Guedes, suado e sem camisa, foi interrompido em sua corrida matinal por militantes mais animados e obrigado a ir me cumprimentar, o que fez com sua habitual gentileza e palavras de incentivo, para, em seguida, engrenar uma conversa com Gustavo Franco e Arminio Fraga. Só esse encontro improvável já teria valido a caminhada.

Paulo Guedes havia se tornado uma estrela. Jair Bolsonaro repetira a técnica de Aécio Neves, usada com Arminio na campanha de 2014, e antecipara o anúncio de seu nome para futuro ministro da Fazenda, caso fosse eleito. Guedes era um conhecido liberal, doutor em Economia pela Universidade de Chicago, o que não impedia que Gustavo Franco desconfiasse da guinada liberal de Bolsonaro. Dizia que era um casamento arranjado, sem amor sincero.

Só faltou um detalhe para que aquela manhã de junho nas praias do Leblon e de Ipanema fosse perfeita. A presença de João Amoêdo. Era ele que a maioria dos presentes queria ver e sua participação havia sido anunciada nas redes sociais, nas quais João construía uma sólida legião de seguidores que cresceria exponencialmente ao longo da campanha.²

Principal idealizador do partido, empresário bem-sucedido que deixara a sua comodíssima situação pessoal para dedicar-se a um projeto de renovação política, João atraía a simpatia de todos os que também se sentiam inconformados com a situação do país. O mote do partido – “Transformar indignação em ação” – tinha nele o maior exemplo, o símbolo de que já passara da hora de deixar nosso conforto para lutar por um país melhor.

Antes da caminhada, João Amoêdo enviou-me uma mensagem de incentivo, desculpando-se pela ausência provocada por uma contusão

na eleição”.

Em seguida, subira acidamente o tom: “O Novo terá de controlar seus tiques.” E arrematara: “Não é hora de cair na tentação de reforçar muralhas que realcem as peculiaridades do Novo e o apartem dos demais partidos, mas de baixar as barreiras ideológicas e deixar que eleitores das mais diversas convicções generosamente abracem a candidatura de Marcelo Trindade.”

Rogério expressava uma visão bastante comum – a de que, apesar do discurso liberal na economia, o Partido Novo era de direita e conservador –, daí falar em superar barreiras ideológicas. Além disso, o discurso do Novo de não se misturar com a velha política era percebido por alguns como radical, porque, de certa forma, transformava todos os políticos antigos em bandidos.

E a verdade é que, embora todos estivessem celebrando a minha candidatura, havia mesmo alguns críticos do Novo naquela manhã na praia. O discurso de que o partido não sabia fazer política porque recusava alianças certamente ganhou impulso com a ausência do João em minha primeira caminhada. Afinal, não é só a esquerda que critica o Partido Novo. Muitos sociais-democratas recusam-se a aceitar que um partido liberal seja o melhor pouso para quem pretenda reconstruir o país e lutar contra a desigualdade – talvez por não terem ainda digerido o dilaceramento do PSDB e a sua captura pelo populismo.

Como eu havia testado meus pontos de vista liberais nas apresentações que enviara ao partido, não acreditava que os dirigentes fossem radicais nem reacionários. Mas era inegável que essa percepção existia, como ainda existe, em alguns setores. Ao encampá-la, o artigo de Rogério Werneck teria incomodado as lideranças do Novo.

Para mim também não fazia sentido que a postura do partido contra as coligações resultasse na impossibilidade de seu candidato liderar uma grande coalizão de centro. Eram coisas diferentes. Uma coalizão não leva ao compartilhamento de recursos de campanha – como ocorre em uma coligação, o que, de fato, seria um problema grave, à luz da nossa restrição ao uso do financiamento público. Na verdade, uma coalizão apenas antecipa para o primeiro turno apoios que são dados caso se

enfrentar dificuldades quando voltarem ao mercado de trabalho.

As vocações para a política se revelam no curso do exercício dos mandatos. Forçar a substituição de um jovem deputado estadual com apenas dois mandatos, obrigando-o a se candidatar ao Congresso ou concorrer a um cargo no Executivo, ou ainda, no caso de um deputado federal ou senador, interromper sua carreira no Parlamento e obrigá-lo a retornar ao seu estado natal pode reduzir a atração de uma carreira na política. Sem falar que essa norma tira do eleitor a opção de manter seu deputado a serviço do estado ou do país.

O caso de Lyra não foi único. Terminadas as eleições, houve um debate em torno do uso do auxílio-moradia por deputados federais do partido. O compromisso dos candidatos do Novo era não usar qualquer benefício adicional ao salário. O deputado federal Alexis Fontayne quis usar a ajuda de custo para moradia, alegando, com razão, que precisava conservar sua residência em São Paulo e que o ônus de manter duas moradias era incompatível com o salário de deputado federal.

O Novo manteve-se irredutível também nesse tema, sustentando – com mérito, diga-se – a necessidade de se cumprir o pactuado com o eleitor até que uma alteração fosse aprovada e valesse a partir da eleição seguinte. Alexis aceitou o argumento e seguiu no partido. Já no caso de Lyra, a tentativa de mediação – que o próprio Bernardinho buscou até o limite – fracassou.

A partir das eleições de 2018, Leandro Lyra, na prática, abandonou o Partido Novo, pelo qual se elegeu. Passou a apoiar incondicionalmente Jair Bolsonaro e seu filho Carlos – também vereador no Rio de Janeiro –, deixou de usar a cor e os símbolos do partido e parou de interagir publicamente com os vereadores eleitos pelo Novo. Finalmente, em 2020, Leandro Lyra deixou o Partido Novo e acompanhou Carlos e Flávio Bolsonaro, filiando-se ao Republicanos, o partido do prefeito Marcelo Crivella, a quem fizera oposição durante todo o seu mandato.

Ao abandonar o Novo, primeiro de fato e depois de direito, Lyra esqueceu que não foi eleito apenas com seus votos, mas também com aqueles dados aos demais candidatos do partido. Essa me parece uma falta bem maior do que a de ter se candidatado a deputado federal ainda

Colégio São Fernando que fora secretário de Saúde no primeiro mandato de Eduardo Paes como prefeito e fizera um trabalho de gestão grandemente reconhecido.

Nosso saudoso e extinto colégio era conduzido com brilho e mão de ferro por uma diretora excepcional, apaixonada pelo pai, Fernando Magalhães – ele mesmo médico famoso e membro da Academia Brasileira de Letras –, a ponto de batizar a escola com seu nome e fazer-nos cantar um hino em homenagem ao santo homônimo: “São Fernando esse rei cavaleiro que do alto a nós todos conduz.” E, como nem todas as lembranças da juventude são boas, foi lá também que estudei Sérgio Côrtes, secretário de Saúde dos governos de Sérgio Cabral, que estava preso durante a eleição, réu confesso de uma série de crimes contra a saúde pública.

Embora não nos vissemos há anos, Hans aceitou de imediato meu convite para uma reunião posterior em meu escritório. Por duas horas, ele generosamente me educou sobre o tema da saúde pública, tão complexo quanto fundamental. Além disso, prometeu – e cumpriu – mandar por escrito suas sugestões e rever nosso plano de governo quando ficasse pronto. Esta era a tônica dos encontros: cidadãos prontos para ajudar a quem, com seriedade e propósito, se arriscasse a tentar tirar o Rio do buraco.

A reunião com o grupo de médicos durou cerca de três horas. Estavam presentes profissionais de todos os setores, privados e públicos, que expuseram seus pontos de vista e debateram com franqueza e, vez ou outra, alguma ênfase. O clima não foi diferente na reunião com os economistas. Organizada por dois deles e prevista para contar com mais quatro ou cinco, terminou por lotar a sala de reuniões do meu escritório. Outra vez escutei visões e experiências, em boa parte coincidentes, e assisti a um debate intenso nas poucas áreas de discordância. Eram professores, funcionários públicos e profissionais do setor financeiro que compartilhavam o desejo de contribuir, com suas ideias e preocupações, com quem viesse a ter a chance de governar o estado do Rio de Janeiro, seu amor comum.

Claro que, como dizia Bernardinho, uma coisa é conseguir torcida,